

SUBESPECIFICAÇÃO E INFERENCIAÇÃO NA FALA NÃO PLANEJADA

Subspecification and inferentiation in spontaneous speech

Milton Francisco da Silva*

INTRODUÇÃO

A referenciação é um processo dinâmico em que os referentes – entendidos como objetos de discurso – são delineados discursivamente. Em linhas gerais, a referenciação pode ser pensada de dois modos: como progressão referencial de um único referente, que, uma vez introduzido no texto, pode ser retomado, modificado, fragmentado, reativado com novas propriedades; e como progressão que cobre todo o texto e que ocorre como imbricamento de diferentes objetos de discurso, um contribuindo na construção do outro.

No texto em geral são freqüentes casos em que o objeto é subespecificado e em que sua interpretação referencial é resolvida mediante inferências. A subespecificação ocorre quando o objeto é (re)ativado sem que ocorra explicitude de suas propriedades relevantes ao discurso no qual se insere, ou quando o objeto se faz presente no discurso sem a inserção de qualquer forma lingüística que o designe. Caso o elemento ausente (propri-

* Mestre em Letras/Estudos lingüísticos, Universidade Federal do Paraná

edade ou forma lingüística) seja relevante à construção referencial e semântica do texto, ocorre o processo de inferenciação, o qual consiste em ativar informações geradas por formas lingüísticas e objetos explicitados no contexto ou pelo contexto situacional e sociohistórico.

Trabalha-se aqui com a pressuposição de que em toda e qualquer atividade referencial há certa presença de inferência. Ou seja, *referir* é realizar um processo no âmbito do discurso, mediante, por exemplo, recursos inferenciais diversos. Propõe-se refletir sobre a subespecificação e a inferenciação e tentar compreender como elas ocorrem na progressão referencial na fala não planejada. O *corpus* que serve à análise constitui-se de textos argumentativos de tópico relacionado ao tema política, extraídos do Banco de Dados Lingüísticos do VARSUL – Variação Lingüística Urbana da Região Sul do Brasil, constituído de entrevistas realizadas no período de 1990 a 1995 em doze cidades dos três estados da região sul do Brasil.

1 REFERÊNCIA COMO PROGRESSÃO REFERENCIAL¹

A referência diz respeito a um processo caracterizado por instabilidade em relação à língua (em que os itens lexicais são trabalhados dentro do texto) e em relação ao ponto de vista dos interlocutores sobre os objetos referidos (indivíduos, coisas, eventos). Trata-se de um processo textual que se dá mediante o uso de diferentes formas lingüísticas, entendendo que o referente, uma vez introduzido, pode ser abandonado e, na seqüência do texto, reativado com novas propriedades (aspectos, atributos), ele pode perder propriedades, ser revisto, redirecionado, fragmentado, enriquecido com novas informações contextuais, “repensado” e “redefinido” durante a construção do texto/fala. Cada referente é delineado de modo bastante particular segundo sua inserção e desenvolvimento no discurso, segundo a consciência social, individual e intersubjetiva dos interlocutores. Assim, a referência ganha um caráter discursivo que revela dinamicidade e instabilidade, de modo a compreender os referentes como *objetos de discurso*. Tem-se uma *referência discursiva*, que nega qualquer relação direta entre a língua e os objetos do mundo da realidade. Para nomear esse processo, em vez de

¹ O suporte teórico deste artigo é parte da dissertação de Mestrado intitulada *A progressão referencial-anafórica na fala cotidiana*, desenvolvida no Curso de Pós-Graduação em Letras – Estudos Lingüísticos – na Universidade Federal do Paraná, sob a orientação da Profa. Dra. Iara Bemquerer Costa. Já a análise exposta nas páginas seguintes é particular ao presente trabalho. Tanto à dissertação quanto a este trabalho foram cruciais a atenção e ensinamentos da Profa. Iara. As falhas que ocorrem aqui são de inteira responsabilidade do autor.

empregar-se a noção de referência, emprega-se a de *referenciação*, apoian-do-se em Mondada e Dubois (2003).

Os objetos são *entidades* inseridas no texto, negociadas na relação falante-ouvinte, manipuladas e configuradas discursivamente. Isso não significa, porém, que a participação dos interlocutores seja desvairada ou que a referenciação seja uma panacéia ou que os referentes se originem da liberdade subjetiva dos indivíduos; pelo contrário, o processo de referenciação é organizado, ordenado e coerente à intersubjetividade dos interlocutores no espaço de dado discurso. Os referentes são ativados e se adaptam à situação discursiva a partir do conhecimento de língua e de mundo, do ponto de vista e dos valores que os interlocutores possuem sobre os objetos designados.

Ao substituir o termo *referência* (corrente em estudos sobre o mesmo assunto) por *referenciação*, Mondada e Dubois propõem um termo que pode expressar a dinamicidade referencial presente na produção discursiva, e, mais especificamente, expressar o processo de *progressão referencial* efetivado ao longo do texto/fala.²

A progressão referencial, didaticamente, pode ser pensada acerca de um só referente, de modo a observar sua introdução e como ele é reativado no desenrolar do texto/fala. Essa reativação pode se dar, por exemplo, por repetição do item lexical, por forma pronominal, por expressão “sinônima” e/ou equivalente ou por expressão nominal nova. Trata-se de um processo dinâmico em que o referente submete-se às orientações do discurso, em que o referente adquire e perde propriedades, modifica-se e evolui. Isto é, a idéia de progressão referencial implica pensar em constituição do objeto ao longo do texto, redefinindo-o a cada reativação. A progressão referencial, porém, não se limita ao referente isolado. Ela ocorre envolvendo a introdução de referentes novos, os quais estabelecem relação semântico-referencial com o(s) referente(s) já introduzido(s), um contribuindo na construção do outro. À medida que o texto/fala é enunciado, os referentes em geral imbricam-se, estabelecendo uma espécie de cruzamento ou rede referencial, de modo a contribuírem substancialmente na unidade textual. Desse modo, é possível falar tanto de progressão referencial realizada como processo de construção de um só referente, quanto de progressão que cobre todo o texto, envolvendo a construção de todos os referentes.

² Para o estudo da referenciação, Mondada e Dubois consideraram como fenômeno relevante a construção discursiva de categorias, as quais, tal como os objetos, são delineados no âmbito do discurso. A categorização é um processo que se dá a partir de aspectos/propriedades atribuídos ao objeto, de modo a atividade de categorizar um objeto dizer respeito à escolha de um de seus aspectos realizada pelo falante ao designá-lo. A categoria pode ser entendida como agrupamento de objetos, a partir de uma propriedade comum a eles.

Para que a progressão referencial aconteça, as expressões referenciais estabelecem entre si relações de remissão, que, em grande medida, diz respeito a *inferências* (a serem tratadas no item 2).

O referente, ao ser (re)ativado, em geral depende de informações localizadas retrospectiva ou prospectivamente; o item lexical aponta para outros itens, objetos ou informações difusas em busca de dados referenciais, o que configura remissão. Segundo Koch (2002, p. 84), “*remeter* é uma atividade de processamento indicial na co-textualidade”, permeada por relação de ordem semântica, pragmática, cognitiva, associativa ou de outro tipo. O fato é que a remissão pode ocorrer como simples relação indireta e indicial (podendo-se limitar à introdução do referente) ou como reativação de referente. “A noção de remeter diz respeito a um movimento textual em que se dão relações não necessariamente correferenciais” (KOCH, p. 84). Isto é, a remissão pode ser correferencial ou não correferencial.³

Na progressão referencial leva-se em conta a carga semântico-referencial prévia de cada forma lingüística que serve de designação, como também fatores discursivos, contextuais e cognitivos particulares a cada texto/fala, os quais fornecem grande contribuição para que o referente se constitua de modo bastante particular em dada interação verbal. Noutros termos, conhecer o léxico de um sistema lingüístico é indispensável, mas ele não é tudo, porque no processo referencial os indivíduos aproveitam também do conhecimento compartilhado de língua e de mundo, do contexto situacional e sociohistórico, de informações cotextuais (que concernem à remissão), de inferências diversas.

2 INFERENCIAÇÃO: PREENCHIMENTO DE “ESPAÇOS VAZIOS”

É certo que determinados aspectos semântico-referenciais devem ser “sempre” explicitados no texto e outros não necessariamente, o que pode ser implicitado surge, por exemplo, da interação falante-ouvinte, de orientações contextuais e, até mesmo, de certo condicionamento de ordem “puramente” lingüística. Em princípio, o que os interlocutores sabem, ou podem saber com o que é explicitado, não precisa ser dito. De certo modo, fala-se aqui da *subespecificação*, fenômeno concernente à implictude referencial, a propriedades/atributos dos objetos não claramente ativadas. Isto é, a expressão é subespecificada do ponto de vista semântico-referencial.

³ As indicações são de que a atividade de remissão pode metodologicamente ser tomada como *instrumento* de identificação da progressão referencial, e isso, de certo modo, permeará a análise a se desenvolver.

Apothéloz e Chanet (2003, p.176) falam de *referência subespecificada*: “de um objeto de discurso de contornos parcialmente (e talvez somente provisoriamente) incertos. Tal objeto pode muito bem ser posteriormente especificado”. Suas palavras reiteram o conceito de progressão referencial exposto acima: o referente pode ser melhor definido no desenrolar do texto.

Além da subespecificação como falta de aspectos/propriedades dos objetos referidos, parece que ela pode ocorrer também mediante a ausência da expressão lingüística, ou seja, como elipse. Enquanto no primeiro caso tem-se a inserção de um item lexical no texto com baixa representação e identificação referenciais, no segundo caso não há inserção do item, por isso há “ausência” do referente.⁴

Em ambos os casos – que se refletem na fala como “espaços vazios” –, cabe identificar as propriedades ou o referente a partir de referentes explicitados e/ou informações diversas geradas pelo cotexto e pelo contexto.

É muito provável que a subespecificação esteja correlacionada às estratégias formais e procedurais empregadas na referenciação, entre elas, o uso de pronome sem antecedente explícito, de pronome demonstrativo neutro, de expressão genérica, de nome semanticamente quase nulo (como *coisa, troço, negócio, idéia*), de paráfrase, nomeação de processo (com nome deverbal ou não-deverbal), relação do tipo todo-parte, hipo-/hiperonímica (por vezes, mediante elipse de um dos itens lexicais) e não preenchimento de papéis temáticos.⁵ Essas estratégias de referenciação, entre outras, serão observadas na análise a se realizar.

Conforme Marcuschi (2001, p.248),

a subespecificação se dá quando não se fornece informação necessária para compreensão de um texto e essa informação é buscada em conhecimentos pessoais ou elementos presentes em outros pontos do texto.

⁴ O caso de subespecificação em que a forma lingüística não é inserida na fala caracteriza-se como elipse, mas apesar da ausência de item lexical, o referente de modo implícito e inferencial insere-se na progressão referencial, independente da “facilidade” com que se identifica tal referente. Um estudo que explore a relação elipse-inferência parece interessante.

⁵ Papel temático são papéis determinados pelo item verbal. Os mais comuns, conforme Ilari (2001, p. 131), são “o *agente* (indivíduo que tem a iniciativa da ação, que tem controle sobre a realização da ação); o *alvo* (indivíduo ou objeto diretamente afetado pela ação); o *instrumento* (o objeto de que o agente se serve para praticar a ação); o *beneficiário* (o indivíduo a quem a ação traz proveito ou prejuízo); o *experienciador* (o indivíduo que passa pelo estado psicológico descrito pelo verbo)”.

O não fornecimento de informação necessária de que fala Marcuschi de certo modo corresponde aos dois casos de subespecificação expostos acima. Suas palavras apontam ainda para outro aspecto do processo referencial, trata-se das *inferências*, que são informações buscadas em conhecimentos pessoais, conhecimentos compartilhados de língua e de mundo, no contexto situacional e sociohistórico (daí, inferências contextuais), ou em expressões da superfície textual e objetos de discurso explicitados (daí, inferências cotextuais, também chamadas em Lingüística do Texto de *endofóricas*). As inferências cotextuais são informações oriundas de elementos (itens lexicais e objetos) gerados pelo próprio discurso (MARCUSCHI, 2000), e, de certo modo, essas inferências correspondem à atividade de remissão, visto que um item lexical remete a outro (busca informações) quando não possui autonomia semântico-referencial. Isso não significa, porém, que remissão e inferenciação sejam intercambiáveis. A postura assumida aqui é de que a remissão é uma atividade permeada por inferências, ou, remissão é atividade inferencial.

A concepção de que as inferências são cotextuais e contextuais encontra-se também em Koch (1997, p. 29-30), para quem

as inferências constituem estratégias cognitivas por meio das quais o ouvinte ou leitor, partindo da informação veiculada pelo texto e levando em conta o contexto (em sentido amplo), constrói novas representações mentais e/ou estabelece uma ponte entre segmentos textuais, ou entre informação explícita e informação não explícitada no texto.

A constituição de inferências de ordem contextual se daria na “ponte” entre elementos da superfície textual e conhecimentos pessoais, elementos extratextuais, do contexto, que dizem respeito ao espaço temporal, físico e social em que se dá a comunicação. Dessa “ponte” surgiriam informações necessárias ao processo semântico-referencial do texto/fala em questão. Toda comunicação verbal aciona elementos contextuais diversos, mas é provável que parte deles fujam da referenciação, do fenômeno subespecificação-inferenciação. Daí cabe reiterar que o olhar dedicado neste estudo às inferências contextuais limita-se àquelas relacionadas ao processo de referenciação.

Se se considerar subespecificação como implicitude exclusivamente de informações relevantes ao texto, as inferências podem ser entendidas como consequência da subespecificação; daí, tudo que é subespecificado aguarda por inferenciação. Em outras palavras, pode-se asseverar que, se o referente é subespecificado, o que está implicitado é necessário à interpreta-

ção textual; diante disso, necessariamente “entram em cena” as inferências. Apenas os aspectos referenciais e objetos relevantes à interação verbal são lembrados – inferidos – pelos interlocutores. Não cabe, portanto, falar em subespecificação se o “implícito” é desconsiderado pelos interlocutores.

A questão a enfatizar, pelo menos na perspectiva assumida aqui, é que as inferências – seja da ordem do cotexto ou da do contexto – preenchem os “espaços vazios” deixados na progressão referencial. Tais “espaços” dizem respeito a propriedades, aspectos e atributos do referente introduzido e desenvolvido no texto, como também a referente não introduzido por forma lingüística, mas implicitado.⁶ Essa importância atribuída à inferenciação se justifica pelo fato de a referência e o significado explicitados com os itens lexicais expressos estarem aquém do significado e referência desejados ou de fato veiculados no/pelo texto, independentemente da situação discursiva e do tipo de texto. Por exemplo, na fala não planejada, quando fatos narrados e comentados são recentes, o falante implica uma série de informações facilmente recuperáveis pelo ouvinte, que em geral corresponde às expectativas do falante, isto é, os interlocutores, além de saberem das informações contextuais relevantes ao discurso, intuitivamente levam em conta a possibilidade de suprirem as aparentes “deficiências” projetadas pelos itens lexicais em geral.

À primeira vista, os “espaços vazios” são um fenômeno da ordem da produção textual, enquanto as inferências são da ordem da interpretação. Isso não significa que se trate de uma dicotomia ou que se deva – salvo por razões didáticas – dissociar a inferência do processo de produção; pelo contrário, pois em toda comunicação verbal os indivíduos “jogam” com “espaços vazios” e inferências, simultaneamente.

Shiro (1994) volta-se para a interpretação de textos escritos, uma de suas observações é pertinente para refletir sobre a produção da fala não planejada: “a maneira mais útil, embora calcada de dificuldades, é estudar o processo inferencial como ele ocorre no processamento do texto em vida real, em vez de especular sobre possíveis inferências retiradas de sentenças construídas ou textos produzidos artificialmente” (SHIRO, p.168). Suas palavras em especial orientam que durante a análise se leve em conta o momento de produção da entrevista componente do *corpus* do presente estudo, tomando a fala/entrevista (ainda que excertos) como processo vivo veiculado num meio social. Esforços serão despendidos nesse sentido, mesmo sabendo das limitações impostas pela distância temporal e geográfica existentes.

⁶ Poder-se-ia argumentar que a inferenciação se faz presente em maior grau nos casos de ausência do item lexical/referente do que nos casos em que há inserção de um item. Mas uma tentativa nesse rumo certamente não seria produtiva, uma vez que, mesmo sem inserção de item lexical, o referente pode ser inferido sem dificuldades, enquanto há casos de itens lexicais subespecificados a ponto de causarem problemas no processamento global do texto.

te entre a constituição do Banco de Dados do *VARSUL* e a realização desta pesquisa.

3 ANÁLISE: FALA ARGUMENTATIVA DE TÓPICO RELACIONADO AO TEMA POLÍTICA

As entrevistas do *VARSUL* apresentam algumas características que divergem da fala não planejada em geral, como a presença de gravador e a falta de convívio entre entrevistador e entrevistado. Não obstante, a equipe envolvida na seleção das gravações considerou para o Banco de Dados cada entrevista apenas a partir do momento em que o entrevistado se sentia à vontade, de fala espontânea. Considerando esse critério na composição do Banco é que se tomam aqui as entrevistas como fala não planejada.

Todos os excertos a serem analisados caracterizam-se como fala argumentativa de tópico relacionado ao tema política. Esses excertos possibilitem identificar aspectos particulares a esse tema e à argumentação, tipo de texto em que o falante revela sua opinião e posiciona-se diante do tópico em questão.

A análise se dá observando a construção referencial de cada expressão lingüística designadora de objeto, o que implica considerar a carga semântico-referencial léxico-estereotípica, a relação de remissão, as inferências diversas, concernentes às propriedades dos objetos e aos objetos implicitados. Atenta-se para a progressão que envolve vários referentes e sobre todo o texto, uma vez que, ao identificar o referente de dada expressão, leva-se em conta outros objetos. Quanto à progressão de referentes isolados, ela é exposta de forma entremeada à identificação semântico-referencial de cada forma lingüística destacada.

O excerto 1 tem como tópico discursivo o processo de investigação a que esteve submetido o ex-presidente da república Fernando Collor de Mello no início da década de 1990.

EXCERTO 1

F Muito sérias, desde a destituição do Collor[1], a esses... essas... essas corrupções[2], esses troços todos[3]. A história aqui[4] ainda vai dizer muita coisa[5] para a gente[6]. (est) muita coisa[7] vai vi..., vai che-

gar a limpo ainda, porque teve muito... **muito dedo político lá dentro**[8], (est) foi demais. Manipularam, (hes) não posso dizer, **isso**[9] é melhor não falar porque **o pensamento**[10] é pessoal... **o que**[11] é pessoal, é pessoal.

E Não, mas pode... Mas pode falar se quiser.

F Não, é que não foi **uma manifestação global**[12], (est) foi uma manis tofas... **manifestações isoladas, provocadas**[13] e... (hes) e **a pressão total**[14] foi só interna, **dentro do... do... Legislativo**[15], né? (est) Não foi... foi contra **o Executivo**[16], parece até que foi com **uma visão específica pra... pra destituir**[17] e pronto, não olhar **nada**[18] que se o **homem**[19] fez **alguma coisa boa**[20], ou não fez, só ver **o que**[21] ele[22] fez de errado. Quando eu acho que deve-se primeiro analisar, analisem primeiro, vejam, verifiquem, [...] (PRIERT11 – 349-367)⁷

§ a destituição do Collor[1] – por inferências contextuais, refere-se ao afastamento de Fernando Collor de Mello da presidência da república em 1992. **§ essas corrupções**[2] – por remissão⁸ a [1] e inferências contextuais, refere-se a atos que motivaram a *destituição de Collor*, de modo a estabelecer algum tipo de associação com [1].

§ esses troços todos[3] – seu núcleo, *troços*, é nome semanticamente quase nulo, isto é, sem carga semântico-referencial estereotípica, sem explicitude de propriedades do referente. A construção referencial de [3] se dá por remissão correferencial a [2], daí também por inferências co(n)textuais. Ocorre como paráfrase de [2].

§ A história aqui[4] – por remissão a informações difusas e inferências contextuais, refere-se à história no início da década de 1990, às investigações e análise dos atos de corrupção cometidos por Collor e outros políticos.

§ muita coisa[5] – nome semanticamente quase nulo. As inferências co(n)textuais apontam seu referente como os esclarecimentos, a “verdade”

⁷ Nos excertos, mantêm-se sinais adotados na transcrição realizada quando se constituiu o Banco de Dados Lingüísticos do VARSUL, os quais são considerados relevantes a um entendimento mínimo de cada fala, por exemplo, *E*: entrevistador, *F*: entrevistado, (hes): hesitação, (est): estímulo dado pelo ouvinte ao falante, (inint): trecho ininteligível, o qual poderia conter informações relevantes à referenciação, de modo que a sua não identificação contribui para distanciamento entre a análise e as intenções do falante. Ao fim dos excertos identificam-se a localidade do entrevistado e o número da entrevista, dentre 24 realizadas nessa localidade (PRIERT11: Paraná, Irati, entrevista n. 11), e as linhas correspondentes no arquivo eletrônico do Banco de Dados (349-467). Informações detalhadas sobre esse Banco de Dados podem ser obtidas em Knies e Costa (1996).

⁸ É preciso ter em mente que a remissão implica inferências cotextuais, busca de informações sobre as propriedades implicadas. Na análise, *remissão* significa *remissão não correferencial*; a ocorrência *correferencial* será especificada como tal.

sobre o processo a que se submeteu Collor e outros políticos. A expressão **muita coisa**[7] correferencia a [5].

§ **a gente**[6] – expressão genérica que, por inferências co(n)textuais, refere-se a todos os brasileiros, sobretudo os que sabem de [1] e [2]. Esse tipo de expressão possui um caráter de vagueza que tende a generalizar seu referente.⁹

§ **muito dedo político lá dentro**[8] – por remissão a [2] e [3] e por inferências contextuais, refere-se às influências de vários políticos, que conduziram Collor a cometer atos de corrupção. Trata-se de expressão metafórica.¹⁰

§ **isso**[9] – por remissão a expressões diversas, refere-se ao tópico em pau-ta: a acusação e investigação sobre Collor. Trata-se de pronome demonstrativo neutro (desprovido de carga semântico-referencial estereotípica), que torna as inferências cotextuais indispensáveis.

§ **o pensamento**[10] – expressão genérica que, por remissão a [1], [2], [8] e a informações difusas, refere-se à opinião de cada brasileiro, nesse caso, sobre o processo a que esteve submetido Collor. A expressão **o que**[11], desprovida de carga semântico-referencial, correferencia a [10].

§ **uma manifestação global**[12] – por inferências co(n)textuais, refere-se a uma possível reação dos brasileiros contra Collor. Como [13], remete a [1], visto que, grosso modo, a manifestação dos brasileiros desencadeou *a destituição de Collor*, ou seja, *manifestação e destituição* integram um mesmo processo.

§ **manifestações isoladas, provocadas**[13] – por remissão a [12] e [1] e por inferências co(n)textuais, refere-se às reações reais ocorridas contra Collor, em vários pontos do Brasil, desencadeadas por grupos específicos de pessoas, e não por toda a população.

§ **a pressão total**[14] – por remissão a [15], à expressão *foi só interna*, a conhecimentos de mundo, por inferências co(n)textuais, refere-se à reação que de fato surtiu efeito sobre Collor, a qual teve como atores os deputados federais e senadores.

§ **dentro do legislativo**[15] – por remissão a [14] e inferências contextuais, refere-se à equipe de deputados federais e senadores, parte dos quais de fato *destituíram* Collor.

§ **o Executivo**[16] – por inferências contextuais, refere-se a todo o grupo de indivíduos componentes do poder executivo federal, não apenas a Collor.

⁹ As inferências contextuais buscadas pelas primeiras expressões permanecem presentes e necessárias à referenciação das expressões subsequentes. À primeira vista, a referenciação dessas expressões se resolveriam cotextualmente. Mas não, o contexto lhes é crucial tal como às primeiras expressões.

¹⁰ Com [8], o entrevistado considera o autor *dessas corrupções*[2] não ser apenas Collor, mas também vários políticos componentes daquele governo.

§ uma visão específica pra destituir[17] – por remissão a [1] e inferências contextuais, refere-se a atos de deputados e senadores contra Collor. Remete a [1] porque Collor é o indivíduo diretamente afetado pela ação de *destituir*, remete também a [15] – os praticantes da ação de *destituir* –, a [14], a informações difusas.

§ nada[18] – expressão genérica que, por inferências co(n)textuais, refere-se vagamente à situação do Brasil, a benefícios e coisas positivas possivelmente realizadas por Collor.

§ o homem[19] – o nome *homem* é genérico, de carga semântico-referencial vaga, mas o artigo *o* determina-o, apontando seu referente como conhecido: Collor, parte de [16]. Remete a [1] e [16], estabelecendo relação grupo-membro. A forma pronominal *ele*[22] correferencia a [19].

§ alguma coisa boa[20] – seu núcleo, *coisa*, é nome semanticamente quase nulo. Por inferências co(n)textuais, refere-se a benefício e coisas positivas que possivelmente Collor tenha realizado quando presidente.

§ o que[21] – por remissão a [2] e informações difusas, refere-se a atos de Collor quando presidente, e julgados indevidos e dignos de punição por deputados e senadores daquele momento.

Acerca de objetos sem inserção de item lexical (o caso de elipse), no excerto 1 identificam-se ocorrências em que o objeto diz respeito ao papel temático de algum verbo. Ao uso de *manipularam* segue elipse do que foi manipulado, mas, por remissão a [8], a informações difusas e por inferências contextuais, o referente constitui-se como algo aproximado de *Collor e sua administração*. Ao uso de *não posso dizer* segue elipse do assunto que não se pode dizer, mas, por remissão a [9] e a informações difusas, o referente constitui-se como o mesmo de [9]. O verbo *destituir* em [17] também busca inferências para preencher quem deve ser destituído. Por remissão a [1], a informações difusas e inferências contextuais, o referente constitui-se como *Collor*.

O tópico discursivo do excerto 2 é a lentidão com que o governo federal aprova o aumento do salário mínimo, que atenderia o trabalhador assalariado. Antes desse excerto o entrevistado revelava sua insatisfação por trabalhar durante trinta anos sem qualquer reconhecimento do patrão.

EXCERTO 2

E Por quê? Isso desestimula, né?

F Desestimula. E eu acho que o próprio governo[1] deveria de não prolongar tanto essas discussões[2] que ele[3] faz no Congresso[4], se é aprovada no Congresso[5] vai pro Senado[6], se passa no Senado[7] o Presidente[8] veta, isto é, quando é com o trabalhador[9]. [...] E quando é pro trabalhador[10]? Aí fica um mês, dois meses, três meses, quatro meses, cinco meses, um ano, quando é pro trabalhador[11] às vezes leva até um ano pra ser aprovado o aumento[12]; [...] É, então devia de ter o quê[13]? Diminuir o salário desses... esse pessoal do alto escalão[14], e melhorar o salário mínimo[15], o pobre[16] ter mais comida na panela[17]. (PRCTB17 – 545 a 578)¹¹

§ o próprio governo[1] – por remissão a itens lexicais diversos do cotexto subsequente e por inferências contextuais, refere-se ao presidente da república, sua equipe, deputados federais e senadores brasileiros.

§ essas discussões[2] – por remissão a itens lexicais diversos do cotexto subsequente e por inferências contextuais, refere-se às discussões político-salariais de presidente da república, deputados federais e senadores.

§ Ele[3] – trata-se de referente introduzido por pronome sem antecedente explícito. Por remissão a [1], [8] e informações difusas, refere-se ao presidente da república. Entre [3] e [1] há relação grupo-membro.

§ no Congresso[4] – por remissão a [1], informações difusas e por inferências contextuais, refere-se ao Congresso Nacional, à Câmara de Deputados. Entre [4] e [1] há relação grupo-membro. A expressão no Congresso[5] correferê a [4].

§ pro Senado[6] – por remissão a [1], a informações difusas e por inferências contextuais, refere-se ao Senado Federal. Entre [6] e [1] há relação grupo-membro. A expressão no Senado[7] correferê a [6].

§ o Presidente[8] – correferê a [3].

§ o trabalhador[9] – por remissão a informações difusas e inferências contextuais, refere-se ao trabalhador assalariado. As expressões pro trabalhador[10] e [11] correferem a [9].

§ o aumento[12] – por inferências contextuais, refere-se a uma “elevação” do salário mínimo pelo governo, a qual os trabalhadores tanto desejam.

¹¹ Paraná, Curitiba, n. 17.

§ o quê[13] – por remissão a [12], [14], [15] e informações difusas, refere-se a possíveis ações de [1] em prol dos referentes de [9] e [16].

§ o salário desses... esse pessoal do alto escalão[14] – por inferências co(n)textuais, refere-se ao salário dos políticos referidos por [1]. *Esse pessoal do alto escalão* remete a [1], [3], [4] e [6], isto é, o núcleo referencial do antecedente torna-se modificador do núcleo *salário* em [14]. E ainda, aqui o modificador ativa novas propriedades.

§ o salário mínimo[15] – por inferências contextuais, refere-se ao salário recebido por [9], [16].

§ o pobre[16] – por remissão a [9], informações difusas e conhecimento de mundo, refere-se ao trabalhador assalariado e a indivíduos que trabalham a vida toda mas vive sempre em dificuldades financeiras. Observa-se que [16] agrupa novas propriedades em relação a [9].

§ mais comida na panela[17] – expressão metafórica que, por inferências contextuais (em especial conhecimento de mundo) e remissão a informações difusas, refere-se a melhor padrão de vida e a mais dinheiro para [9] e [16] em função de seu trabalho.

Acerca dos casos de elipse, no excerto 3 identificam-se também ocorrências em que o objeto concerne ao papel temático de algum verbo. Ao uso de *desestimula* segue elipse do que é desestimulado, mas, por remissão ao cotexto retrospectivo (não reproduzido acima) e ao prospectivo, o referente constitui-se como o próprio falante e o trabalhador em geral. Ao uso de *é aprovada* e *veta* segue elipse do objeto (paciente) que é aprovado/vetado, mas, por inferências co(n)textuais, o referente constitui-se como lei a favor do trabalhador. Ao uso de *passa* segue elipse do seu agente, mas, por inferências co(n)textuais, o referente constitui-se também como lei a favor do trabalhador. Ao uso de *ser aprovado*, *diminuir* e *melhorar* segue elipse do seu agente, mas, por inferências co(n)textuais, o referente constitui-se como os referentes de [3], [4], [5].

CONCLUSÃO

Nos excertos analisados constata-se que a subespecificação – sempre presente no processo referencial – não causa prejuízo ou bloqueio na progressão referencial ou na continuidade textual, e que ela, na verdade, é um aspecto natural à progressão, à continuidade. A análise mostra que a continuidade não é linear, mas, sim, cheia de “quebras” e de inserção de

referentes novos, os quais imbricam e constroem uma progressão única e contínua. Para tanto, de modo constante, inferências diversas compõem o processo referencial ao longo da fala não planejada.

Sobre as estratégias lingüístico-procedurais concernentes à subespecificação e consideradas neste estudo, a relação hipo-/hiperonímica (com elipse de um dos itens lexicais) e nomeação de processo não ocorrem. Entre as estratégias mais empregadas acham-se a expressão genérica e a relação do tipo todo-parte e grupo-membro. Acerca de objetos sem inserção de item lexical, identificam-se ocorrências em que um dos papéis temáticos do verbo não é preenchido. Trata-se de objetos cruciais ao processamento semântico-referencial da fala em questão.

Na grande maioria das ocorrências analisadas, o contexto situacional e sociohistórico é crucial à referenciação. Isto é, geralmente a carga semântico-referencial léxico-estereotípica e as inferências cotextuais são “insuficientes” para a construção referencial. Casos em que inferências contextuais seriam “dispensadas” são o uso, no excerto 1, das expressões *isso*[9], *o pensamento*[10], *o que*[11], *o homem*[19] e *o que*[21], e, no excerto 3, *Ele*[3], *o Presidente*[8] e *o quê*[13]. Essa “dispensa” não deve ser tomada a rigor, pois as inferências contextuais requeridas por outras expressões, de certo modo, envolvem todo o processo referencial da fala analisada.

As expressões fornecedoras de inferências geralmente designam outros referentes que não o da expressão em foco, esse fato ratifica a idéia de que a progressão referencial ocorre como rede cobrindo todo o texto.

Constata-se que há tendência de um objeto quase sempre cruzar com outro, um contribuir na construção do outro, ou seja, a progressão referencial constitui-se como processo contínuo que envolve todos os objetos, como rede referencial que cobre todo o texto. Isso não significa que não se possa pensar na evolução de um objeto isoladamente. Mas é muito provável que sua abordagem seja possível apenas teoricamente ou como estratégia didática de exposição.

Embora a proposta deste estudo não tenha sido especificamente a relação entre contexto e subespecificação, a análise aponta que a subespecificação é um fenômeno, em parte, motivado pelo contexto. No excerto 1, por exemplo, devido ao momento histórico-político em que se dá a conversação (logo após o afastamento de Collor), o entrevistado julga que não deva explicitar determinados objetos e/ou propriedades de certos objetos, que são fatos/objetos recentes e de caráter político, mas, sim, silenciar-se. Outro fator talvez determinante à sua postura é que, há apenas uma década da realização dessa entrevista, vivia-se sob o regime militar, quando se reprimiam idéias contrárias ao governo. Parece que o entrevistado sente-se coibido em explicitar sua posição política. Diante dessa segunda questão

pode-se afirmar que o contexto situacional e sociohistórico provoca a subespecificação e, ao mesmo tempo, fornece informações necessárias para o processamento textual.

RESUMO

Neste artigo, considera-se a referenciação como processo discursivo de construção de referentes (objetos de discurso), entendendo que o referente, uma vez introduzido no texto, pode ser revisto, reativado com novas propriedades/atributos, ocorrendo, assim, uma progressão referencial. Essa progressão é vista também como processo que envolve referentes diversos, os quais proporcionam um imbricamento semântico-referencial. O fato é que os referentes e suas propriedades nem sempre são ativados no texto explicitamente, isto é, sua ativação com freqüência se dá de forma subespecificada, implícita. Para suprir tal subespecificação entram em cena as inferências, que são informações instauradas pelo cotexto e/ou pelo contexto. O objetivo deste estudo é tentar compreender como subespecificação e inferenciação ocorrem no processo referencial, especialmente na fala não planejada. Como *corpus* utilizam-se excertos do Banco de Dados Lingüísticos do Varsul – Variação Lingüística Urbana da Região Sul do Brasil.

Palavras-chave: *Subespecificação referencial; inferenciação referencial; fala não planejada.*

ABSTRACT

In this article, referentiation is considered a discursive process of referent construction (discourse objects). In such a view, the referent, once introduced in the text, can be reviewed, reactivated with new properties/attributes, thus occurring a referential progression. This progression is also seen as a process involving several referents, which make a semantic-referential imbrication. Indeed, the referents and their properties are not always activated in the text explicitly i.e. their activation usually occurs in a subspecified, implicit way. To supply such subspecification here come the inferences, which are information settled down by the cotext and/or context. The aim of this study is try to understand how subspecification and inferentiation occur in the referential process, especially in no planed speech. As a *corpus* are adopted excerpts of the Varsul (Urban Linguistic Variation of Brazil's South Region) database.

Key-words: *Referential subspecification; referential inferentiation; no planed speech.*

REFERÊNCIAS

- APOTHÉLOZ, D.; CHANET, C. Definido e demonstrativo nas nomeações. Tradução de: M. M. Cavalcante e C. M. B. Regadas. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 131-176.
- ILARI, R. *Introdução à semântica: brincando com a gramática*. São Paulo: Contexto, 2001.
- KNIES, C. Bohn; COSTA, I. B. *Banco de dados lingüísticos VARSUL*: manual do usuário. Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre: UFPR, UFSC, UFRGS, PUC/RS. 1996.
- KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARCUSCHI, L. A. Quando a referência é uma inferência. *XLVIII Seminário do GEL – Grupo de Estudos Lingüísticos de São Paulo, Assis*. Texto não publicado, versão preliminar, 2000.
- _____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. *Revista Letras*, n. 56, Curitiba: Editora da UFPR, p. 217-258, 2001.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Tradução de: M. M. Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.
- SHIRO, M. Inference in discourse comprehension. In: COULTHARD, M. (Ed.). *Advances in written text analysis*. London: Routledge, 1994. p. 167-178.